

Plan Overview

A Data Management Plan created using DMPTool

Title: O sentido econômico da regulação do trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a prática da Conciliação Trabalhista no Estado de São Paulo (2011-2022)

Creator: William Alecsandro de melo duarte

Affiliation: São Paulo State University (unesp.br)

Funder: Digital Curation Centre (dcc.ac.uk)

Template: Digital Curation Centre

Project abstract:

O presente projeto de pesquisa traz uma proposta de discussão crítica sobre o sentido econômico da regulação estatal do trabalho no Brasil. Estudos sugerem que no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a regulação do trabalho possui um significado que está inscrito, de certa forma, em um de seus elementos estruturantes, o caráter conciliatório. Este projeto propõe a realização de um estudo de caso para examinar mais detidamente a relação entre os interesses econômicos e a prática da conciliação na gestão das relações laborais, nas Varas do Trabalho do Estado de São Paulo entre 2011 e 2022, buscando verificar em que medida o caráter conciliatório da regulação indica o seu sentido econômico geral. A hipótese inicial que será testada é de que no âmbito da resolução dos conflitos trabalhistas especificamente, a prática da conciliação diminui relativamente as despesas dos empregadores, operando como um instrumento da regulação estatal do trabalho que contribui para a redução do preço da força de trabalho e dos custos de produção no país, privilegiando a manutenção do processo de acumulação na economia nacional em detrimento do acesso final dos trabalhadores aos ganhos de produtividade.

Start date: 03-03-2022

End date: 09-03-2024

Last modified: 05-26-2023

Copyright information:

The above plan creator(s) have agreed that others may use as much of the text of this plan as they would like in their own plans, and customize it as necessary. You do not need to credit the creator(s) as the source of the language used, but using any of the plan's text does not imply that the creator(s) endorse, or have any relationship to, your project or proposal

O sentido econômico da regulação do trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a prática da Conciliação Trabalhista no Estado de São Paulo (2011-2022)

Serão coletados dados e informações qualitativas e quantitativas por meio de análises bibliográfica e documental. A análise bibliográfica será feita a partir de conteúdo teórico e informacional presente em livros, artigos, teses, dissertações e demais modalidades de textos de acesso público em formato virtual e físico, selecionados em função da pertinência temática, por meio de indicação do Professor Orientador e de busca em base de dados, repositórios digitais, bibliotecas virtuais e referenciais bibliográficos de outros trabalhos. As informações e eventuais dados extraídos dessas fontes de natureza bibliográfica não podem ser, a princípio, quantificáveis, a única delimitação será mesmo a pertinência temática em relação às reflexões que serão feitas na pesquisa.

Assim, este Plano de Gestão trata especificamente do momento de análise documental da pesquisa, cuja estratégia será um Estudo de Caso no qual serão levantados dados estatísticos presentes no Relatório Geral da Justiça do Trabalho e no Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho, da 2ª e da 15ª Regiões, publicados exclusivamente em formato virtual (PDF) nos sítios eletrônicos do Tribunal Superior do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/relatorio-geral>) e dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª (<https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/resultados-e-indicadores/relatorios/relatorio-anual>) e da 15ª (<https://trt15.jus.br/transparencia/estatisticas-processuais/relatorio-anual>) Regiões. Os dados serão coletados dos referidos documentos, armazenados e categorizados em planilhas virtuais, examinados e, posteriormente, registrados em documentos de texto. Serão utilizadas essas duas fontes distintas para a realização da triangulação dos dados. Todas essas informações poderão ser reutilizados para futuras análises e divulgação da pesquisa.

Todo o tratamento e publicação dos dados serão feitos pelo pesquisador através da análise dos referidos Relatórios e com a utilização de ferramentas eletrônicas, notadamente planilhas virtuais (Excel), editores de texto (Word e Adobe Acrobat Reader) e, eventualmente, a ferramenta Power BI para exposições parciais dos resultados de pesquisa em reuniões e eventos. Embora trate-se de um levantamento de dados quantitativos, não serão feitas análises propriamente econométricas na pesquisa. O levantamento de dados terá a finalidade de contribuir para as análises qualitativas, com base no quadro de referências selecionado.

Acompanharão documentações e metadados com informações descritivas sobre cada uma das variáveis selecionadas na coleta de dados. A maior parte dessas informações (metadados) constam nos próprios Relatórios utilizados no Estudo de Caso, mas algumas delas foram esclarecidas, e outras poderão ainda ser, por meio de contato via correio eletrônico com as Coordenadorias responsáveis pela publicação desses documentos institucionais. Os metadados, assim como as suas devidas referências, serão registrados em documentos de texto e publicados em anexos e/ou notas de rodapé na redação final da pesquisa.

Os dados que serão coletados no Estudo de Caso estão presentes nos Relatórios publicados pela Justiça do Trabalho, que são, portanto, oficiais e dizem respeito à publicidade das informações referentes à atividade judicante, notadamente na esfera do judiciário trabalhista no país. São dados absolutamente anonimizados, sem qualquer espécie de identificação em relação às pessoas físicas e/ou jurídicas contabilizadas nas estatísticas e informações selecionadas. Por isso, não há necessidade de consentimentos ou autorizações prévias específicas em relação ao seu uso, já que as informações constantes nos Relatórios estão adstritas aos limites da Lei Brasileira de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011). Caberá, apenas, por questões éticas e de boas práticas, serem feitas as devidas referências aos documentos e às suas metodologias. Embora não haja confidencialidade, informações sensíveis, identificadores ou semi-identificadores, os dados coletados serão armazenados em pasta protegida por senha em computador pessoal do pesquisador e uma cópia armazenada na nuvem por meio da ferramenta virtual Google Drive. Quando os dados forem reutilizados por terceiros, deve-se citar o autor e/ou os Relatórios da Justiça

do Trabalho, a depender da maneira como forem reutilizados.

Pela natureza pública e oficial das fontes, os dados são de utilização irrestrita nos limites da legislação brasileira, mas sempre que forem reutilizados a partir dos esforços de processamento e no sentido das análises produzidas por esta pesquisa, o autor deve ser citado, já que a citação é uma das boas práticas da gestão de dados. A licença Creative Commons será aplicada aos dados da pesquisa no que couber.

Os dados serão armazenados em computador pessoal do pesquisador protegido por senha e com cópia armazenada na nuvem por meio da ferramenta virtual Google Drive. A cópia de segurança dos dados será feita a cada atualização pelo próprio pesquisador. Ao término da pesquisa os dados serão depositados no Repositório Institucional da UNESP.

O acesso e a manipulação dos dados enquanto estiverem no computador pessoal e no Google Drive, ambos protegidos por senha, serão feitos exclusivamente pelo pesquisador. Eventualmente, se necessário, será feita cópia dos dados em Pen Drive para acesso do Professor Orientador.

Todos os dados têm valor a longo prazo e deverão ser preservados.

Os dados coletados serão preservados no computador pessoal e no Google Drive por cinco anos após a publicação da pesquisa. No Repositório Institucional da UNESP, eles ficarão preservados conforme a política de preservação do repositório.

Os dados serão disponibilizados na publicação oficial dos resultados da pesquisa. Assim, poderão ser reutilizados sem restrições, desde que respeitando a ética na pesquisa e para fins científicos. Os dados disponibilizados no Repositório Institucional da UNESP receberão um identificador persistente (DOI).

A reutilização dos dados estará restrita à ética e às boas práticas de pesquisa, no que diz respeito às devidas referências e preservação do sentido original da publicação.

O pesquisador será responsável pela implementação deste Plano de Gestão de Dados, bem como pela atualização, gestão e conservação desses dados.

Question not answered.
